

**O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS: DA PRECARIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO.**

**THE WORK OF COLLECTORS OF RECYCLABLE  
MATERIALS: CASUALIZATION TO WORK  
ORGANIZATION.**

**Letícia Roberta Trombeta**<sup>1</sup>  
*leticiaroberta89@hotmail.com*

**RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de destacar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, essencial para garantir o reaproveitamento de resíduos que seriam depositados em lixões ou aterros, perdendo todos os valores, ou seja, social e econômico, resultando em prejuízo ambiental. Assim, essa atividade desenvolvida por estes trabalhadores proporciona a milhares de famílias emprego e renda, mas não os exime, em muitos casos, de estarem em uma situação de trabalho precarizado. A análise se dá ainda à organização destes trabalhadores em cooperativas ou associações, garantindo assim uma forma organizada de trabalho. Neste caso, analisamos o caso da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Presidente Prudente (COOPERLIX), que surgiu em 2001 a partir de intervenções de universidades e poder público municipal, para retirar trabalhadores do lixão de Presidente Prudente/SP e organizá-los em uma cooperativa. O artigo analisa também as perspectivas e dificuldades enfrentadas após os 11 anos de sua implantação.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, catadores de materiais recicláveis, cooperativas e associações.

**ABSTRACT**

This text aims to highlight the recyclable material collectors work, which is essential to ensure the reuse of waste that would be deposited in dumps or landfills, losing all values, which is, social and economic, resulting in environmental damage. This way, this activity developed by these workers provides to thousands of families jobs and income, but does not exempt them, in many cases, of being in a precarious work situation. The analysis is from the organization of these workers in cooperatives or associations, ensuring an orderly work. In this case, we analyze the case of the Recyclable Materials Worker's Cooperative from Presidente Prudente (COOPERLIX), which emerged in 2001 from operations of universities and municipal authorities, to remove workers from the dump of Presidente Prudente/SP and organize them in a cooperative. The article also analyzes the prospects and difficulties after 11 years of its implementation.

**KEYWORDS:** work, recyclable materials collectors, cooperatives and associations.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS). Bolsista de Extensão no País pelo CNPq e integrante do Núcleo de Incubação da UNESP de Presidente Prudente.

## INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos são um dos grandes problemas da sociedade atualmente, apresentando-se com mais intensidade nas áreas urbanas, nas quais agravam os problemas ambientais já existentes e levam ao aparecimento de outros, quase sempre relacionados às formas incorretas de disposição e ineficiência na gestão dos resíduos. Neste cenário surge a importância dos catadores de materiais recicláveis, que contribuem para minimizar o problema dos resíduos sólidos urbanos.

Nesta perspectiva este artigo tem o objetivo de destacar o trabalho dos catadores, que é essencial para garantir o reaproveitamento dos materiais que compõem os resíduos sólidos urbanos que seriam depositados em lixões ou aterros e não teriam nenhum valor econômico ou social, resultando em prejuízo ambiental. Assim, essa atividade proporciona a milhares de famílias brasileiras emprego e renda, mas não os exime, em muitos casos, de uma situação de trabalho precarizado.

Com isso, a organização destes trabalhadores em cooperativas ou associações, garante melhores formas de organização social e condições de trabalho, além da melhoria da renda e da qualidade de vida.

Neste caso, aprofundaremos o estudo na Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Presidente Prudente-SP (COOPERLIX), que surgiu em 2001 a partir de intervenções de universidades e poder público municipal, para retirar os trabalhadores do lixão de Presidente Prudente e organizá-los e quais as perspectivas e dificuldades após 11 anos da sua implantação.

Dessa forma, o artigo desenvolve essas temáticas e identifica as principais dificuldades de um empreendimento focado no trabalho solidário, forma que, em tese, vai contra a lógica destrutiva do modelo capitalista de produção.

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL

Segundo Baptista (2004, p.33), “a atividade de catador de material reciclável no Brasil existe há mais de 50 anos, mas somente no final do século passado é que ganhou destaque”. Os dados da quantidade de catadores são, ainda, muito imprecisos, estima-se que haja cerca de um milhão em todo o Brasil. Atualmente, a forma de organização mais adequada encontrada por esses trabalhadores tem sido a formação de cooperativas ou associações de trabalho.

Trabalhadores estes que, em sua grande maioria, são oriundos de um processo de descarte do mercado de trabalho, assim, a partir das reflexões de Mészáros (2006, p. 31) “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante”.

Muitas dessas pessoas passaram, e ainda passam, anos sob uma dominação indireta e uma forma precária de trabalho, sobretudo, nos lixões a céu aberto de inúmeras cidades brasileiras. Assim,

Os lixões acabam sendo a opção de vida de uma grande parte da população brasileira. Pessoas que, sem trabalho ou recursos que o auxiliem na sobrevivência acabam indo para o lixo na busca de restos, orgânicos ou não, que tenham algum tipo de utilização. (BARROS; MENDONÇA; NOGUEIRA, 2002, p.5, tradução nossa).

Os trabalhadores catadores de materiais recicláveis são invisíveis para grande parte da sociedade, uma vez que esses lugares de disposição de lixo se localizam distantes da malha urbana dos municípios, o que torna essas pessoas marginalizadas, além de social, também espacialmente. Segundo CORRÊA (2007, p.40) a marginalização espacial, é dada pelo “valor atribuído a um dado lugar e pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural, podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava”.

Por isso, é importante que esses trabalhadores se organizem e criem uma identidade de catador de material de reciclável, para assim, agregar sua força de trabalho e saírem dessa condição de marginalizados na cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos.

Neste cenário surgem as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, que, juntamente, com a implantação bem sucedida de um programa de coleta seletiva, podem tirar esses trabalhadores do processo de precarização do trabalho informal. No que se refere à implantação de sistemas de coleta seletiva que tragam em seus objetivos ações educativas, é essencial que haja a participação da sociedade em todas as fases de seu desenvolvimento, onde caberá à população separar os resíduos sólidos e os fornecer, voluntariamente, para os trabalhadores que irão recolhê-los dentro do processo do sistema de coleta seletiva. Dessa forma, os materiais recicláveis constituirão a matéria-prima para estes trabalhadores, que dentro de uma lógica de economia solidária, que tem o ser humano como o principal agente da atividade econômica, estarão organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), saindo do circuito informal de trabalho e desenvolvendo atividades em grupo.

Para apoiar esse processo, as atividades e práticas de Educação Ambiental vêm ocupando espaço dentro das comunidades, nos bairros e nas escolas dos municípios. É considerado um importante instrumento de sensibilização e conscientização ambiental, tanto para a valorização da água, a preocupação com a questão dos resíduos e propostas de mudanças no cotidiano das pessoas.

De acordo com Rodriguez e Silva (2009, p. 175) “a Educação Ambiental é um dos meios para se adquirir as atitudes, as técnicas e os conceitos necessários à construção de uma nova relação com o meio ambiente”. Enfatizam, ainda, que

A Educação Ambiental é, também, um elemento decisivo na transição para uma nova fase ecológica, que permita ultrapassar a crise atual, através da qual seja transmitido um novo estilo de vida e que se mudem, profunda e progressivamente, as escalas dos valores e as atitudes dominantes na sociedade atual (RODRIGUEZ e SILVA, 2009, p. 176).

Esta poderá proporcionar o apoio da população no manejo de resíduos sólidos domiciliares urbanos, ajudará a viabilizar novos programas de coleta seletiva e formação de novas cooperativas, melhorando de forma direta a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis e, indiretamente, da população em geral.

A organização desses empreendimentos, porém, nem sempre parte dos catadores, mas de ações das universidades, sindicatos, entidades não governamentais e prefeituras, que procura auxiliar, dando suporte em relação à capacitação, gestão empresarial, saúde e com programas de valorização da auto-estima. Sobretudo, para que estas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social tenham melhores condições de trabalho para geração da sua renda. As prefeituras dos municípios, quando colaboram para a formação e organização das cooperativas e associações de materiais recicláveis, tornam-se apoiadoras de grande valia. Segundo Singer (2002, p. 11), “há um interesse público no reaproveitamento dos resíduos recicláveis, que se soma às vantagens privadas”, pois à medida que se tem um menor volume de resíduos para dar a destinação final, mais os aterros e valas de resíduos sólidos irão durar, gerando uma grande economia para os municípios. Porém, na maioria dos casos essa economia não se transforma em investimentos nas cooperativas ou associações, nem em capacitação e suporte para esses trabalhadores que vivem da catação, podendo desencadear uma série de problemas de gestão desses empreendimentos.

Neste processo de formação e identidade com o trabalho desenvolvido é importante salientar o desenvolvimento do cooperativismo através da economia solidária nesses empreendimentos, Singer (2003, p. 13) afirma que “a economia solidária surge como

um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” Assim, podemos destacar um amplo potencial da economia solidária, significando uma nova expressão do movimento cooperativista frente às relações do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira.

Assim para Carvalho (2008, p.46)

As práticas que sustentam a economia solidária são as redes de trocas ou de compra e venda, o consumo solidário, o apoio mútuo, as cooperativas de crédito e as políticas públicas que viabilizam os empreendimentos populares. Esses, geralmente estão organizados sob a forma de associações ou cooperativas, que procuram adotar as ideias, os princípios e os valores do cooperativismo e desenvolver uma economia que se baseia no trabalho e não no lucro. Portanto, a condição essencial para a sua prática e o seu desenvolvimento é a adoção do princípio democrático. Nesse sentido, as cooperativas se caracterizam pelo seu modo democrático de gestão, de propriedade e de divisão de suas sobras econômicas.

É importante destacar que a economia solidária, neste contexto, tem sido entendida, pelos atores que atuam neste campo, como o

Conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Fazem parte dela, tirar diversos tipos de empreendimentos, tais como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas recuperadas autogeridas, organizações de finanças solidárias, grupos informais, etc., todas guardando grande semelhança entre si uma vez que todos os empreendimentos são caracterizados por algum tipo de atividade econômica, pela cooperação, pela solidariedade e pela autogestão. Com isso, podemos afirmar que “não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão” (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006).

Assim, é necessário desenvolver essa perspectiva nas cooperativas, pois muitas delas não agem de acordo com os princípios da economia solidária e do cooperativismo. Isso pode inviabilizar o crescimento econômico e social dos Empreendimentos Econômicos Solidários e deixá-los reféns das amarras do mundo contemporâneo. Com o fortalecimento dessa prática ficaram menos vulneráveis as especulações do capital, no caso das associações ou cooperativas de trabalhadores com resíduos sólidos recicláveis, tornando-os muito mais resistentes às imposições e exploração dos compradores dos materiais recicláveis.

## AS AMARRAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Foi a partir dos anos 90 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no Brasil, Thomaz Júnior (2002, p. 6) afirma que a reestruturação “provocou um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território” e ainda complementa que é um “momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos”.

Singer (2002, p. 28) ressalta ainda que

A crise econômica que atingiu o país entre 1981 e 1983 e a crise dos anos 90, após a abertura dos mercados, no governo Collor, resultaram na falência e fechamento de muitas fábricas, deixando muitos desempregados, os quais passaram a buscar novas alternativas de renda. Começaram, então, a surgir iniciativas, por parte dos trabalhadores, de assumir o controle das empresas atingidas pela crise, e a legislação passou a facilitar a aquisição de instalações e instrumentos de trabalho dos antigos patrões.

Se no início da produção capitalista, o desenvolvimento do capital trouxe consigo a expansão do emprego, atualmente dá lugar a uma arriscada tendência ao desemprego, sobretudo, ao descarte de mão-de-obra. Assim, Antunes (2004, p. 17) fundamenta que

Nos primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva caracterizou-se pela redução de custos através da redução da força de trabalho, de que foram exemplos os setores automobilísticos e o de autopeças e, posteriormente os ramos têxtil e bancário, dentre outros. De modo sintético pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, dentre os principais elementos.

Diante desse intenso processo de desemprego e descarte de mão de obra, que está presente na sociedade capitalista, os catadores de materiais recicláveis podem, na sua maioria, estar incluídos na classe dos *proletários excluídos do trabalho* e até mesmo do mercado de trabalho, que segundo Bihr (1998, p. 84),

A crise joga-os por muito tempo, ou mesmo definitivamente, no olho da rua (é o caso especialmente dos trabalhadores idosos ou dos trabalhadores pouco qualificados de setores em declínio), ou simplesmente lhes proíbe o acesso à vida útil (é o caso especialmente dos jovens). Tanto uns como outros são, então, condenados ao desemprego

de longa duração e, portanto, à dependência da singularidade social, percorrendo um caminho entrecortado por diversos estágios que, no final, para um número crescente deles, significa o mergulho na pobreza e na miséria.

Antes destes trabalhadores recorrerem ao “lixo” para sobreviver, já faziam parte de um processo de precarização do trabalho, como muitos outros em diferentes empregos. Segundo Vasapollo (2006, p. 53, apud TIDDI, 2002, p. 75)

O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco, e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente a descoberto, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

Atualmente, ter uma ocupação no mercado de trabalho não é garantia de estabilidade, onde o trabalhador está sempre em condição de perda dos direitos e garantias sociais e econômicas.

Gonçalves (2006, p. 53) também destaca que

As amarras e as várias formas de coerção social e econômica existentes na sociedade do capital obrigam aqueles que têm como único meio para assegurar a sua sobrevivência a venda da sua força de trabalho a se sujeitarem às condições extremamente precarizadas e destrutivas, estando dentro ou fora do mercado formal de trabalho.

Diante da necessidade, criam-se alternativas frente à crise do desemprego que leva essa classe dos proletariados excluídos a ficarem expostos a diversas formas de trabalho, dentre elas, a de catação, tanto nos lixões a céu aberto, nas ruas ou organizados em associações ou cooperativas de trabalho. É neste cenário que surge o papel dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, assim como o dos órgãos apoiadores e da comunidade no intuito de minimizar esse processo excludente materializado no trabalho de catação dos materiais recicláveis.

Diante do exposto, um grande número das universidades apoia projetos solidários, via de regra, através de suas Incubadoras de Cooperativas Populares, objetivando a melhoria das condições de trabalho desses trabalhadores. Assim, descreve Guimarães (2000, p. 11),

O objetivo das incubadoras é de formar, organizar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas – foi reconhecida como estratégia capaz também de reinserir no mercado formal de trabalho aqueles que perderam o vínculo com o mercado formal, devido ao processo de reestruturação produtiva do capital e privatização das empresas públicas.

Para tanto, é necessário promover a articulação institucional entre universidades, prefeituras e outros parceiros; realizar diagnóstico da situação dos resíduos sólidos urbanos e da situação de vida e de trabalho dos catadores; organização dos catadores em cooperativas ou associações; implantação de programas de coleta seletiva; desenvolvimento de campanhas de Educação Ambiental; e, acompanhamento dos trabalhos, articulando ações de gestão da organização dos catadores e de continuidade da Educação Ambiental com estes trabalhadores e comunidades.

A prioridade é fomentar um processo de capacitação que vise à autonomia da gestão pelos cooperados/associados, fortalecendo-os como categoria profissional e cada vez mais objetos das políticas públicas, tanto no âmbito federal, estadual e municipal.

### **ALTERNATIVA PARA O RETORNO AO MERCADO DE TRABALHO: O MODELO COOPERATIVISTA**

As cooperativas, como já exposto, surgem para garantir trabalho e renda para inúmeros trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, Fernandes (2006, p. 101), destaca que,

O funcionamento das cooperativas de trabalho ganhou rapidamente terreno no Brasil ao longo da década de 1990, em face das crescentes taxas de desemprego e no aprofundamento da precariedade do trabalho para grandes contingentes de trabalhadores afetados por vários tipos de iniciativas de flexibilização e desregulamentação.

No modelo cooperativista o empreendimento é regido por um estatuto e regimento próprio, feito em comum acordo entre todos os cooperados, possui sócio e não empregados assalariados e para minimizar custos desobriga a pessoa jurídica de alguns encargos trabalhistas. Porém, muitos empreendimentos solidários ainda têm um rendimento baixo, assim a formalização das cooperativas de catadores tem encontrado dificuldade com os tributos. O trabalhador tem que arcar com a formalização do trabalho,

diminuindo sua renda. Assim, algumas políticas públicas de revalorização destes trabalhadores poderiam prever mais reduções de impostos para os empreendimentos que se enquadrarem em uma perspectiva de trabalho solidário.

Pela constituição de uma cooperativa conseguimos afastar a ideia de subordinação no trabalho, onde para Russomano (1984, p. 55)

Um dos vínculos mais pragmáticos da subordinação reside em que o empregado não pode trabalhar de acordo com suas preferências, com suas inclinações, em suma, com sua vontade [...]. Além disso, não pode seguir, no trabalho, seus métodos favoritos: deve também aqui, aceitar a orientação técnica do empregador e realizar suas tarefas de acordo com aquilo que lhe foi exigido.

Com o fim da subordinação, temos então, um cenário em que todos são providos dos mesmos direitos e deveres, assim, um novo padrão de relacionamento que deverá pautar o cotidiano de trabalho. Havendo participação igualitária na tomada de decisões, através da singularidade do voto, que acontece na Assembleia Geral dos Associados, órgão soberano na cooperativa. O desafio é fazer esses trabalhadores se posicionarem dessa forma no empreendimento, por isso a necessidade das capacitações sobre cooperativismo e economia solidária.

Segundo Holzmann (2001, p. 39),

Suprimir a “ideia de subordinação” presente na hierarquia autoritária da força de trabalho e no controle do tempo, elementos integrados na organização capitalista, justificados como essenciais à sua eficácia, mas de fato, mecanismos que asseguram ao capital o exercício de sua dominação.

Em geral, a direção das cooperativas é composta por um Conselho de Administração, composto pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros, além de um Conselho Fiscal, composto por demais cooperados com a finalidade de fiscalizar a integridade da cooperativa ou associação.

Nas Assembleias os cooperados exercem seu direito de voto, elegendo e até podendo destituir a direção da cooperativa, deliberando sobre a prestação de contas e os planos de trabalho, decidindo o destino a ser dado às “sobras”. E ainda apreciar e votar recursos de associados contra decisões do Conselho de Administração.

O cooperativismo favorece os trabalhadores a constituírem uma mentalidade diferente em relação ao trabalho, à colaboração entre os companheiros, ao destino do

empreendimento e ao compromisso individual e coletivo. Sobretudo, porque estão trabalhando para si mesmo, sem o domínio da exploração do capital.

Assim, esse modelo passa a ser uma alternativa para o retorno ao mercado de trabalho de muitos trabalhadores, que eram proletários em outras atividades e que pelos motivos já expostos aqui, são excluídos da oportunidade de conseguir um emprego. É o caso da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis em Presidente Prudente/SP (COOPERLIX), que surge a partir da necessidade de retirar os trabalhadores do lixão do município, numa situação de trabalho informal e organizá-los em uma cooperativa, mudando para uma condição de trabalho formal.

### **COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PRESIDENTE PRUDENTE – COOPERLIX**

A COOPERLIX - foi fundada em 2001 a partir dos esforços realizados por professores e alunos da UNESP do Campus de Presidente Prudente e, posteriormente, por professores da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e poder público municipal, para retirar trabalhadores que viviam da catação de materiais recicláveis no lixão a céu aberto do município, em condições de trabalho extremamente precárias.

Para Gonçalves (2006, p. 189)

A possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração desses trabalhadores. Assim a estruturação de cooperativas e associações objetivam romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização, com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. Porém, as condições materiais em que estes se encontram tornam essa ação política difícil.

Houve muitos questionamentos por parte dos catadores, pois eles seriam inseridos em uma perspectiva de trabalho diferente das que conviviam diariamente. Teriam que passar de uma relação de trabalho individual, para um processo de formação e mão-de-obra conjunta, onde seu emprego e sua renda dependeriam, sobretudo, da capacidade de articulação do grupo em torno de um trabalho comum a todos, ou seja, o trabalho com os materiais recicláveis.

Segundo Cantóia (2007, p. 42)

Foi feita uma avaliação deste grupo de trabalhadores, salientando a história da qual fazem parte, e as mudanças estruturais no seu processo de trabalho, pois agora eles contam com um local apropriado para

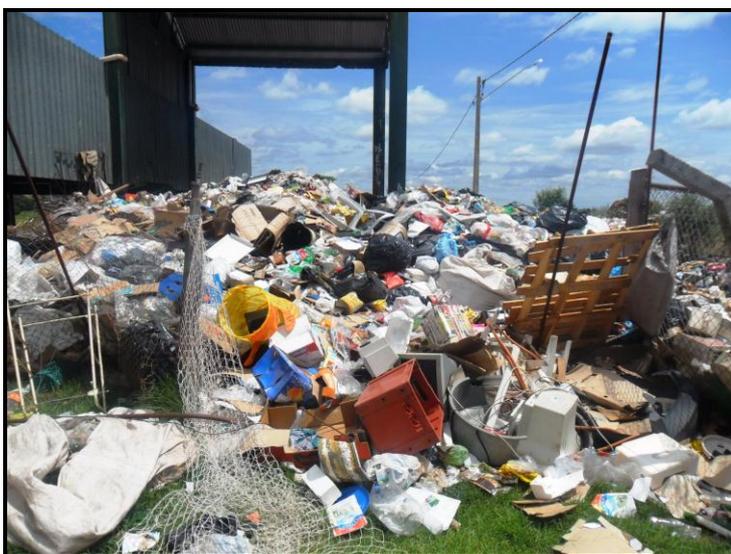
executá-los; as mudanças sociais foram enormes, já que agora possuem uma profissão reconhecida, por fim, neste percurso, constatou-se uma mudança muito significativa e de grande valor - o resgate de sua dignidade, sua auto-estima e sua identidade.

Foram realizadas diversas entrevistas e reuniões, durante alguns meses, com o grupo de trabalhadores que se interessou pela formação da cooperativa, sobretudo, para planejar as ações que seriam desenvolvidas para a organização destes trabalhadores e também da coleta seletiva no município. A comunidade também foi envolvida no processo, já que era preciso uma sensibilização social e também ambiental para a realização da coleta seletiva.

Assim, a COOPERLIX se estruturou e passou por muitas fases de ascensão e também de crises, como em 2008, com a crise econômica mundial, que fez com que o preço dos materiais despencasse e os cooperados enfrentaram longos meses de salários baixíssimos. Posteriormente, a COOPERLIX se estabilizou novamente com a normalidade do mercado financeiro mundial.

Atualmente, a COOPERLIX enfrenta diversos problemas, tanto de infraestrutura, quanto de organização do trabalho, mas também garante a renda de vários cooperados mensalmente. Embora, atue em 71% dos bairros da cidade de Presidente Prudente, ela não processa todo o material recebido da coleta seletiva, reflexo de uma fragilidade organizativa do empreendimento, associada à falta de estrutura para realizar a triagem adequada do material. Isso acarreta no acúmulo dos resíduos recicláveis que chegam da coleta seletiva e que ficam expostos para fora do empreendimento (FIGURA 1).

Figura 1: Materiais da Coleta Seletiva da COOPERLIX acumulados – 2011.



Fonte: Trombeta, Dezembro/2011.

Além disso, ainda existe a exploração dos cooperados pelos atravessadores, que são os sucateiros que compram os materiais recicláveis de cooperativas, associações e carrinheiros (catadores individuais que realizam a catação nas ruas) a um preço muito abaixo do praticado no mercado e revendem diretamente para indústrias, conseguindo assim um lucro altíssimo em função do trabalho dos catadores.

Durante o ano de 2011 foi desenvolvido um trabalho de incubação e monitoramento na COOPERLIX, processo este, que está presente desde 2001 e que atualmente está na fase de desenvolvimento de ações para melhorias econômicas e sociais no empreendimento. Foram realizadas reuniões semanais sobre diversos temas, como cooperativismo, economia solidária, além de capacitações para esses trabalhadores, com cursos de informática aplicada para a administração e contabilidade da cooperativa (FIGURA 2 e 3).

Figura 2: Capacitação de cooperados da COOPERLIX no Curso de Informática, 2011.



Fonte: Letícia Roberta Trombeta, Abril/2011.

Figura 3: Capacitação de cooperados da COOPERLIX no Curso de Cooperativismo, 2011.



Fonte: Letícia Roberta Trombeta, Junho/2011.

É importante ressaltar que o processo de incubação, segundo Ghibaudi e Ramos (2006, p. 5)

É pensado em conjunto com os cooperados, com base no planejamento e monitoramento de todas as etapas de um “Projeto Cooperativo”, isto é, a partir do planejamento, execução e avaliação de todo o processo de formação e desenvolvimento da cooperativa. É importante que a cooperativa e a incubadora incorporem, durante o processo de incubação, a importância de cada atividade, segundo seus objetivos, e possam depois executá-las e revisá-las de forma coerente ao longo do tempo. É o trabalho de planejamento que estrutura e customiza todas as atividades de incubação.

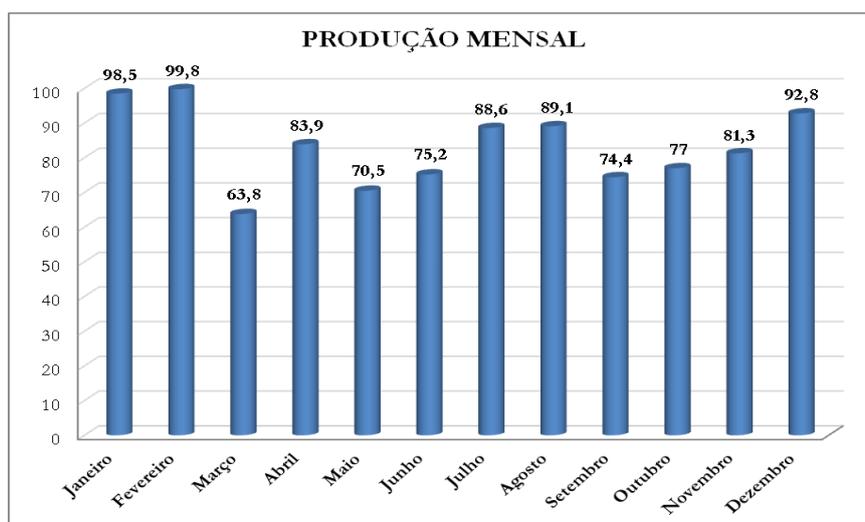
O momento das atividades de incubação estabelece um vínculo muito importante com o empreendimento, pois é a partir dessas ações que o diagnóstico, o desenvolvimento e, posteriormente, a avaliação dos resultados obtidos serão possíveis de serem realizadas.

Assim, realizaram-se também levantamentos dos dados de produção, receita, despesas e número de trabalhadores mensalmente no empreendimento.

Quanto aos compradores dos materiais da COOPERLIX, é um grupo composto, principalmente, por atravessadores e, somente, uma indústria, que recicla e transforma diretamente o papelão em matéria-prima. Os materiais recicláveis que a COOPERLIX vende, são diversos tipos de papéis, plásticos, metais, eletrônicos, vidros e óleo de cozinha usado.

A quantidade de materiais comercializados oscilou significativamente durante o ano de 2011 (GRÁFICO 1). O mês de fevereiro obteve a maior produção do período com 99,8 toneladas e o mês que teve o pior desempenho foi, justamente, o mês seguinte, março com 63,8 toneladas. Com tudo, a média anual foi de 82,9 toneladas. No entanto, esta instabilidade se deve, sobretudo, as questões de baixa produtividade do empreendimento e materiais que foram triados, porém não houve compradores, como por exemplo, o papel misto.

Gráfico 1: Produção Mensal da COOPERLIX em Tonelada – 2011.



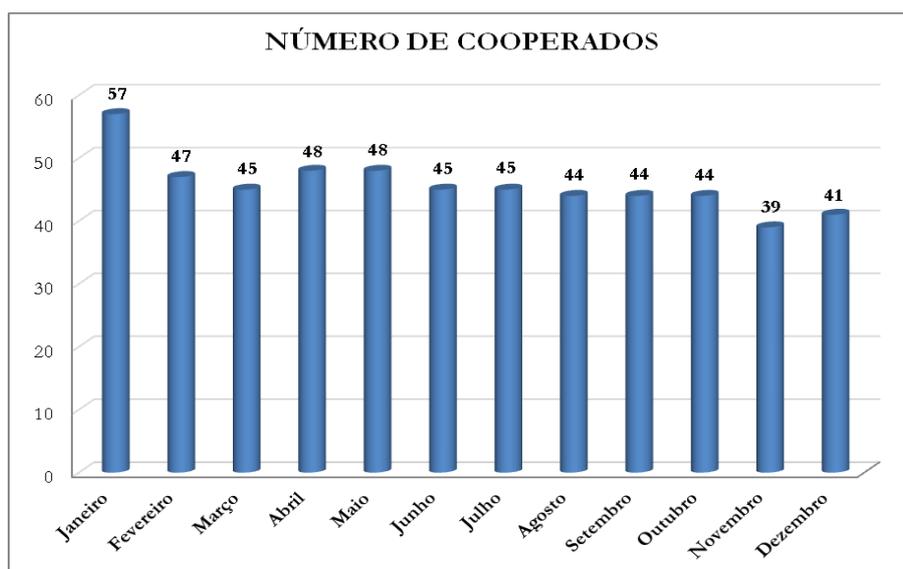
Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

O processo produtivo na COOPERLIX é bastante instável, como os próprios dados demonstram, além disso, há muitos problemas com faltas entre os cooperados e desmotivação em relação ao trabalho e aos rendimentos, com baixas expectativas de melhoria.

Foi identificado também neste período, que falta compreensão e articulação entre os cooperados e com a liderança administrativa do empreendimento, assim ainda falta o domínio e o exercício dos princípios cooperativistas dentro da cooperativa para fazer as regras serem seguidas, como o estatuto e regimento interno, por mais que a COOPERLIX conte com uma diretoria consolidada e estruturada, ainda há a necessidade de ter um ambiente de trabalho mais regado. Por exemplo, no regimento da cooperativa, consta que o cooperado não pode faltar mais de determinados dias sem justificativa, porém, isso é recorrente no empreendimento e, em muitos casos, o trabalhador acaba não se comprometendo com o trabalho, segundo relato dos próprios cooperados nas reuniões. Também há muita rotatividade de trabalhadores no empreendimento, por exemplo, quando os salários baixam eles vão em busca de outras oportunidades de trabalho, porém, como estão incorporados em uma perspectiva de trabalho diferente, que é o cooperativismo, muitos deles não se adaptam e retornam para a cooperativa. Com isso, o número de cooperados também varia durante os meses (GRÁFICO 2).

Gráfico 2: Número de Cooperados da COOPERLIX – 2011.



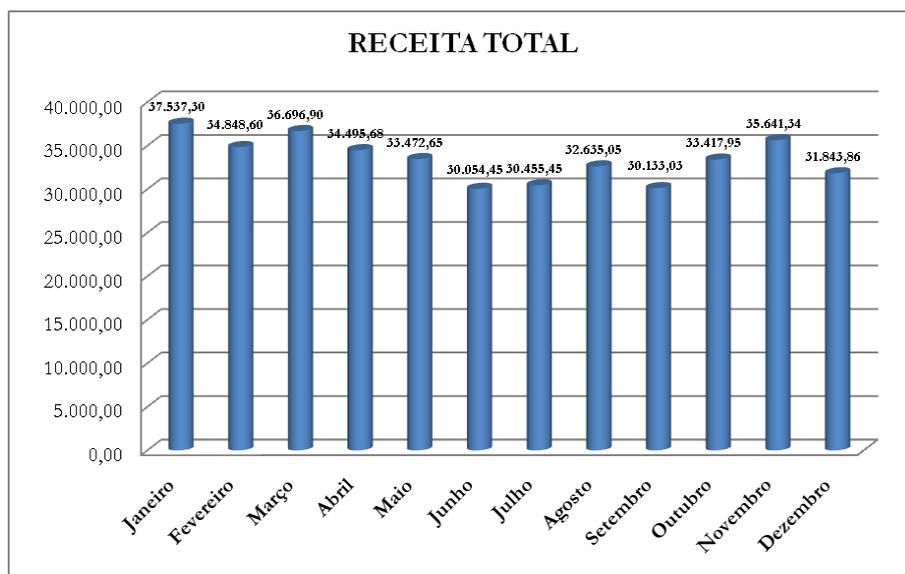
Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

Conforme o gráfico acima, o ano de 2011 iniciou com 57 cooperados em janeiro, sendo o mês com maior quantidade de trabalhadores no empreendimento, nos dois meses seguintes o número diminui e volta a subir em abril. O mês de novembro apresentou o menor número com 39 cooperados, seguido pelo mês de dezembro com 41 trabalhadores. A média do período foi de, aproximadamente, 45 cooperados por mês.

A renda dos cooperados também se manteve muito instável durante o período analisado, isso ocorreu por diversos fatores, há meses que as despesas são maiores que em outros, meses que o preço do material cai no mercado e que alguns não são vendidos.

Gráfico 3: Receita Total da COOPERLIX em Reais – 2011.



Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

O mês de janeiro foi o que apresentou a maior receita total R\$ 37.537,30 e os meses seguintes oscilaram consideravelmente, assim, junho teve o pior desempenho R\$ 30.054,45 (GRÁFICO 3), mantendo uma média do período de R\$ 33.436,02. Como a receita total as despesas também foram bastante diferenciadas entre os meses, fevereiro apresentou a menor despesa R\$ 4.491,00 e agosto a maior de R\$ 7.729,59, assim, uma média anual de R\$ 6.416,04 (GRÁFICO 4).

Gráfico 4: Despesas Operacionais da COOPERLIX em Reais – 2011.

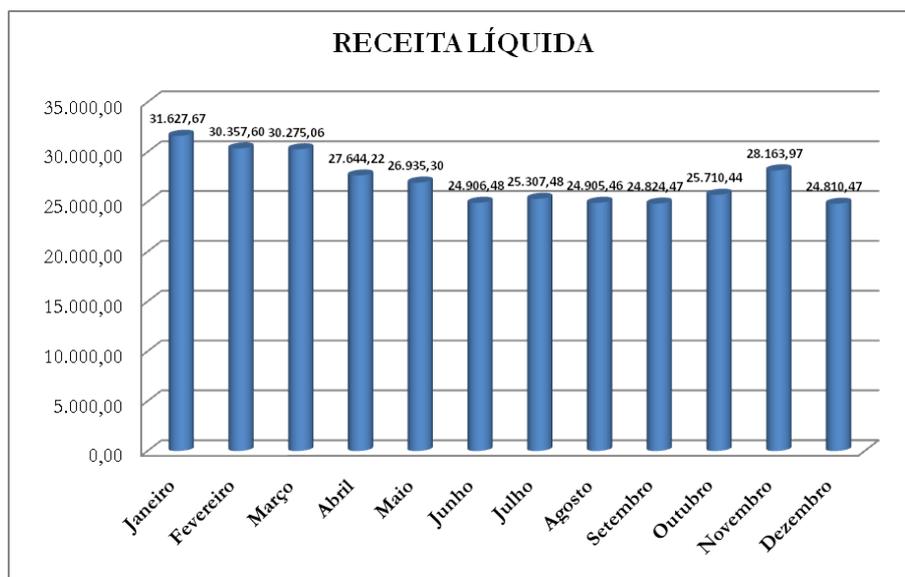


Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

A partir dos dados de receita total e despesas, obtém-se a receita líquida, que irá originar o salário dos cooperados. Assim, o mês que a cooperativa obteve o maior rendimento, já livre de todas as despesas, foi janeiro com R\$ 31.627,67, posteriormente, entre junho e outubro, percebe-se que foi um período de baixa na receita da COOPERLIX, volta a subir em novembro, mas em seguida volta a cair, assim, o mês de dezembro apresenta a menor receita do período R\$ 24.810,47, a média do ano foi R\$ 27.122,39 (GRÁFICO 5).

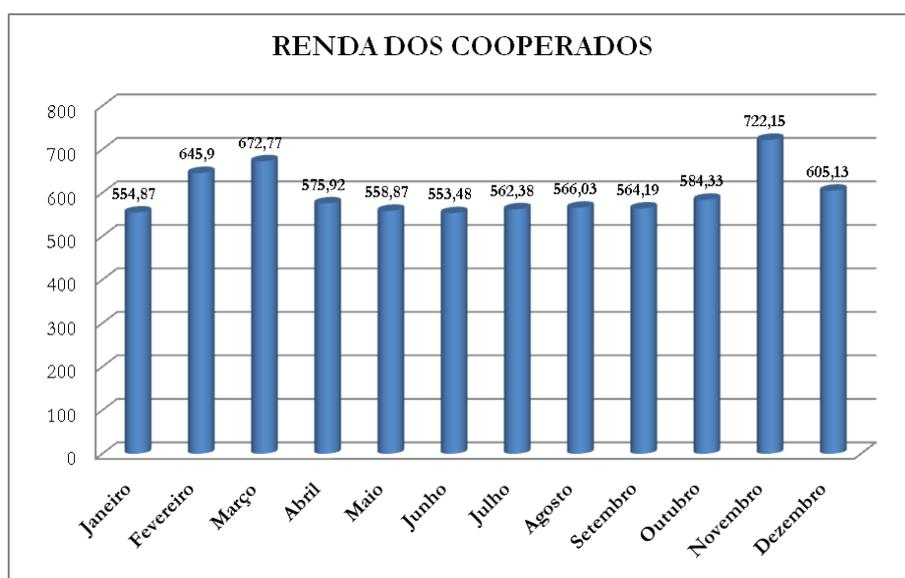
Gráfico 5: Receita Líquida da COOPERLIX em Reais – 2011.



Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

Gráfico 6: Renda dos Cooperados da COOPERLIX em Reais – 2011.



Organização: Trombeta, 2011.

Fonte: COOPERLIX, 2011.

O gráfico 6, demonstra a renda dos cooperados da COOPERLIX, embora janeiro teve a maior receita líquida do ano de 2011, este não foi o mês que apresentou a maior renda dos cooperados e sim, novembro com R\$ 722,15, isso se explica por um evento isolado, em outubro de 2011, a cooperativa recebeu a doação de uma carga de várias toneladas de papel branco de um banco, como não tiveram despesas nenhuma, houve lucro e, outro fator somado a este, a quantidade de trabalhadores em novembro foi a menor no período, sendo assim, a receita líquida total foi dividida entre menos pessoas. E o pior rendimento mensal foi em junho, com R\$ 553,48.

Estes rendimentos são gerais, pois cada cooperado tem uma renda diferenciada, são descontadas as horas de falta no trabalho, todos os cooperados são obrigados a recolher a taxa para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e alguma outra despesa eventual.

É importante ter a aceção de que quem controla os preços dos materiais recicláveis comercializados pela COOPERLIX são os atravessadores, que ditam as regras do mercado dentro do empreendimento. Isso provoca uma fragilidade muito grande, pois como já exposto, os cooperados ficam reféns deste sistema.

Por isso, fica cada vez mais evidente, a necessidade de autonomia de mercado pelas cooperativas, com a criação de mecanismos que tornem possível o rompimento das relações econômicas com os atravessadores, modificando essa dinâmica de comercialização na COOPERLIX. Assim, ela passaria a comercializar diretamente com as indústrias que compram esses tipos de materiais e agregaria muito mais valor ao seu produto, já que as indústrias, em sua maioria, pagam o valor de mercado real pelo material reciclável.

Uma alternativa seria a comercialização conjunta entre algumas associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis, já que a maioria das indústrias só compram direto desses empreendimentos se houver grande quantidade de materiais e que, infelizmente não conseguem obter uma grande quantidade do mesmo material mensalmente, com exceção do papelão na COOPERLIX. Outra possibilidade seria acumular o material por um longo período até que acumulasse a quantidade exigida, porém, isso refletiria inicialmente na renda dos trabalhadores o que acaba sendo um motivo de resistência para essa prática.

Além disso, a gestão interna do trabalho na COOPERLIX também se apresenta como uma grande fragilidade do empreendimento, sobretudo, por haver entraves no processo produtivo que precisam ser identificados e analisados. Com isso, torna-se necessário elaborar juntamente com os cooperados, um planejamento de ações para

identificar e solucionar os problema que possam estar ocorrendo. Já que daqui alguns dias a cooperativa receberá o material reciclável de todo o município de Presidente Prudente, com a implantação da coleta seletiva em 100% do perímetro urbano realizada pela Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO) em conjunto com a Prefeitura Municipal. Diante disso, a cooperativa terá a potencialidade de obter a melhoria na renda e o desafio de estruturar a organização produtiva para triar essa quantidade maior de materiais recicláveis que chegará ao empreendimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo cooperativista torna-se a garantia de sustento, minimamente necessário, para muitos trabalhadores que foram e são excluídos do mercado de trabalho por diversos motivos: falta de qualificação, idosos, muitos anos no desemprego, entre outros.

Por mais que haja muitos problemas na COOPERLIX, ela é um importante Empreendimento Econômico Solidário do município de Presidente Prudente-SP, pois permite que quarenta e dois trabalhadores tenham emprego e renda garantida mensalmente. Assim, há também um número considerável de pessoas que dependem direta e indiretamente da cooperativa, como é o caso, das famílias dos cooperados.

Com este diagnóstico da COOPERLIX, que apontou diversas fragilidades no processo de organização do trabalho no empreendimento e potencialidades para aumento da renda, já que o produto para obter a renda o empreendimento tem disponível. As próximas etapas a serem desenvolvidas, são solucionar esses problemas de gestão interna do trabalho, baixa produtividade, achar novos compradores para os materiais recicláveis, sobretudo, indústrias e assim melhorar a renda dos seus trabalhadores.

Porém, sempre haverá a dependência do mercado no processo de venda e geração de renda no empreendimento. Mas torna-se necessário instigar os trabalhadores a ter um posicionamento mais firme diante dos atravessadores e que tenham mais opções na venda, integrando ao seu processo a pesquisa de preço dos materiais recicláveis no próprio município e na região. Essa seria uma importante ferramenta para não depender somente de um ou dois compradores para o material e ficar reféns das imposições de preços abaixo do mercado colocados por eles.

Por isso, o trabalho de incubação das universidades torna-se necessário para identificar os problemas e sugerir modificações que sejam comuns a todo o grupo de

trabalhadores do empreendimento, bem como oferecer cursos de capacitação, momentos de reflexão sobre assuntos que forem pertinentes ao ambiente de trabalho. E assim, ajudá-los a transformar essa atividade de catador de materiais recicláveis que na sua origem é tão precarizada, em uma forma de trabalho em grupo e organizado, com melhores condições de trabalho e aumento da geração de trabalho e renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. **In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). O Avesso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAPTISTA, R.S. **Reciclagem, Ação Social e Política de gerenciamento do Lixo em São Paulo.** São Paulo: ENPAD 2004.

BARROS, F.G.; MENDONÇA, A.F.; NOGUEIRA, J.M. **Poverty and Environmental Degradation: the Kuznets Environmental Curve for the Brazilian Case.** 2002. Universidade de Brasília. Departamento de Economia.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.** Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 05 fevereiro de 2012.

CANTÓIA, Sílvia Fernanda. **Educação Ambiental e a Coleta Seletiva em Presidente Prudente – SP: avaliando seus resultados no Conjunto Habitacional Ana Jacinta.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2007.

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: Espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. **In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Marlon Erik. O Papel das Cooperativas de Trabalho: Uma terceira via? **In: ARANA, Alba Regina Azevedo (Org.). Cooperativismo: uma alternativa de gestão.** Presidente Prudente: Macromídia, 2006.

GHIBAUDI, Javier Walter; RAMOS, Marcelo Silva. **Metodologia de Incubação de Cooperativas Populares: a proposta da ITCP/UFRJ.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em < [www.idisc.net/en/Document.328.pdf](http://www.idisc.net/en/Document.328.pdf) > acesso em 20 de fevereiro de 2012.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O Trabalho no Lixo**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2000.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: EdUFSCar, 2001.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RODRIGUEZ, José M. M.; SILVA, Edson V. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **O Empregado e o Empregador no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: **SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.) A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p 11-28.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. In: **Revista Pegada**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), V. 3. Número Especial, Agosto de 2002.

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: **ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.